SAÚDE E VIDA

UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

VOLUME 3



ORGANIZADORES

Dr. Avelar Alves da Silva

Dr. Wallace Rodrigues de Holanda Miranda

Dr. Arquimedes Cavalcante Cardoso

SCISAUDE EDITORA

SCISAUDE EDITORA

SAÚDE E VIDA

UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

VOLUME 3



ORGANIZADORES

Dr. Avelar Alves da Silva

Dr. Wallace Rodrigues de Holanda Miranda

Dr. Arquimedes Cavalcante Cardoso

SCISAUDE
EDITORA

SCISAUDE
EDITORA



O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial do SCISAUDE. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

LICENÇA CREATIVE COMMONS

A editora detém os direitos autorais pela edição e projeto gráfico. Os autores detêm os direitos autorais dos seus respectivos textos. SAÚDE E VIDA: UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR 3 de SCISAUDE está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional. (CC BY-NC-ND 4.0). Baseado no trabalho disponível em https://www.scisaude.com.br/catalogo/saude-e-vida-uma-abordagem-multidisciplinar-3/99

2026 by SCISAUDE
Copyright © SCISAUDE
Copyright do texto © 2026 Os autores
Copyright da edição © 2026 SCISAUDE
Direitos para esta edição cedidos ao SCISAUDE pelos autores.
Open access publication by SCISAUDE



ORGANIZADORES

Dr. Avelar Alves da Silva
http://lattes.cnpq.br/8204485246366026
https://orcid.org/0000-0002-4588-0334

Dr. Wallace Rodrigues de Holanda Miranda
http://lattes.cnpq.br/9510895183615760
https://orcid.org/0000-0002-0306-251X

Dr. Arquimedes Cavalcante Cardoso
http://lattes.cnpq.br/0647092865505641
https://orcid.org/0000-0001-9546-805X

Editor chefe
Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Projeto gráfico
Lennara Pereira Mota

Diagramação:
Paulo Sérgio da Paz Silva Filho
Lennara Pereira Mota

Revisão:
Os Autores



Conselho Editorial

Ana Flavia de Oliveira Ribeiro	Elane da Silva Barbosa	Juliane Maguetas Colombo Pazzanese
Ana Florise Morais Oliveira	Francine Castro Oliveira	Júlia Maria do Nascimento Silva
André de Lima Aires	Giovanna Carvalho Sousa Silva	Kaline Malu Gerônimo Silva dos Santos
Angélica de Fatima Borges Fernandes	Heloísa Helena Figuerêdo Alves	Laíza Helena Viana
Camila Tuane de Medeiros	Jamile Xavier de Oliveira	Leandra Caline dos Santos
Camilla Thaís Duarte Brasileiro	Jean Carlos Leal Carvalho De Melo Filho	Lennara Pereira Mota
Carla Fernanda Couto Rodrigues	João Paulo Lima Moreira	Luana Bastos Araújo
Daniela de Castro Barbosa Leonello	Juliana britto martins de Oliveira	Maria Isabel Soares Barros
Dayane Dayse de Melo Costa	Juliana de Paula Nascimento	Maria Luiza de Moura Rodrigues
Maria Vitalina Alves de Sousa	Raissa Escandiusi Avramidis	Wesley Romário Dias Martins
Maryane Karolyne Buarque Vasconcelos	Renata Pereira da Silva	Wilianne da Silva Gomes
Paulo Sérgio da Paz Silva Filho	Sannya Paes Landim Brito Alves	Willame de Sousa Oliveira
Mayara Stefanie Sousa Oliveira	Suellen Aparecida Patricio Pereira	Naila Roberta Alves Rocha
Michelle Carvalho Almeida	Thamires da Silva Leal	Neusa Camilla Cavalcante Andrade Oliveira
Márcia Farsura de Oliveira		



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Saúde e vida : uma abordagem multidisciplinar : volume 3 [livro eletrônico] / organização Avelar Alves da Silva, Wallace Rodrigues de Holanda Miranda, Arquimedes Cavalcante Cardoso. -- Teresina, PI : SCISAUDE, 2026.
PDF

ISBN 978-65-85376-86-0

1. Medicina e saúde 2. Promoção da saúde 3. Saúde pública 4. Sistema Único de Saúde (Brasil) I. Silva, Avelar Alves da. II. Miranda, Wallace Rodrigues de Holanda.

26-355658.0 CDD-362.109

Índices para catálogo sistemático:
1. Saúde pública 362.109
Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

10.56161/sci.ed.20260427

978-65-85376-86-0

SCISAUDE
EDITORA

SCISAUDE
Teresina – PI – Brasil
scienceesaude@hotmail.com
www.scisaude.com.br



APRESENTAÇÃO

A obra *Saúde e Vida: Uma Abordagem Multidisciplinar 3* nasce da necessidade crescente de compreender a saúde para além de uma perspectiva isolada, reconhecendo-a como um fenômeno complexo, dinâmico e profundamente influenciado por múltiplos determinantes biológicos, sociais, culturais e tecnológicos. Em um cenário marcado por constantes transformações, torna-se imprescindível integrar saberes e práticas de diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma visão ampliada e mais resolutiva do cuidado em saúde.

Este volume reúne contribuições relevantes de pesquisadores, profissionais e estudiosos que atuam em diversas frentes do campo da saúde, contemplando discussões atuais e necessárias sobre promoção da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico, tratamento e reabilitação. Os capítulos aqui apresentados refletem o compromisso com a produção e disseminação do conhecimento científico de qualidade, bem como com o fortalecimento das práticas baseadas em evidências.

A proposta desta coletânea é fomentar o diálogo interdisciplinar, valorizando a interação entre diferentes saberes e incentivando a construção de estratégias integradas que possam impactar positivamente a qualidade de vida da população. Ao abordar temáticas variadas, o livro se consolida como um importante instrumento de apoio para acadêmicos, profissionais da saúde e gestores, contribuindo para a formação crítica e para a tomada de decisões mais assertivas no âmbito da saúde.

Por fim, espera-se que esta obra inspire reflexões, amplie horizontes e fortaleça o compromisso coletivo com a promoção da vida e do bem-estar, reafirmando a importância de uma atuação multiprofissional ética, humanizada e centrada nas necessidades da população.

Boa Leitura!!!

Sumário

CAPÍTULO 1 ..... **11**

USO DE *PANAX GINSENG* COMO RECURSO FITOTERÁPICO NA MELHORA DA RESISTÊNCIA FÍSICA: UMA ABORDAGEM INTEGRATIVA **11**

10.56161/sci.ed.20260427C1 11

CAPÍTULO 2 ..... **24**

EFEITOS DO TREINAMENTO RESISTIDO SOBRE PARÂMETROS HEMODINÂMICOS E ESTRESSE OXIDATIVO EM INDIVÍDUOS HIPERTENSOS **24**

10.56161/sci.ed.20260427C2 24

CAPÍTULO 3 ..... **37**

EFEITOS DA SUPLEMENTAÇÃO COM SUCO DE UVA SOBRE O ESTRESSE OXIDATIVO E A PERFORMANCE ESPORTIVA **37**

10.56161/sci.ed.20260427C3 37

CAPÍTULO 4 ..... **51**

PERFIL DAS LESÕES ORTOPÉDICAS EM PRATICANTES DE MOUNTAIN BIKE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA **51**

10.56161/sci.ed.20260427C4 51

CAPÍTULO 5 ..... **62**

UMA OVERVIEW DAS LESÕES ORTOPÉDICAS EM CORREDORES **62**

10.56161/sci.ed.20260427C5 62

REFERÊNCIAS **69**

CAPÍTULO 6 ..... **71**

PROBIÓTICOS E PREBIÓTICOS NA PRÁTICA ESPORTIVA: UMA REVISÃO SOBRE A MODULAÇÃO DO EIXO INTESTINO-MÚSCULO. **71**

10.56161/sci.ed.20260427C6 71

CAPÍTULO 7 ..... **86**

UTILIZAÇÃO DE NUTRIENTES ANTIOXIDANTES: CÚRCUMA, GENGIBRE E PRÓPOLIS NA MELHORA DO DESEMPENHO ESPORTIVO **86**

10.56161/sci.ed.20260427C7 86

CAPÍTULO 8 ..... **104**

AVANÇOS TECNOLÓGICOS NA RADIOTERAPIA ESTEREOTÁXICA NO TRATAMENTO DOS GLIOMAS DE ALTO GRAU **104**

10.56161/sci.ed.20260427C8 104

CAPÍTULO 9 ..... **115**

APRENDIZAGEM LÚDICA DO SISTEMA DIGESTÓRIO POR MEIO DE JOGO DE TABULEIRO **115**

10.56161/sci.ed.20260427C9 115
CAPÍTULO 10 122
PRESENÇA DO FARMACÊUTICO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA: COMPETÊNCIA TÉCNICA E PROTEÇÃO DA SAÚDE COLETIVA 122
10.56161/sci.ed.20260427C10 122
CAPÍTULO 11 133
CONTRIBUIÇÃO DAS ANÁLISES CLÍNICAS PARA A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E FORTALECIMENTO DAS RESPOSTAS A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA 133
10.56161/sci.ed.20260427C11 133
CAPÍTULO 12 145
A INSERÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA FORMAÇÃO EM SAÚDE: IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS INTERPROFISSIONAIS E NO MODELO DE ATENÇÃO 145
10.56161/sci.ed.20260427C12 145
CAPÍTULO 13 157
SAÚDE DO TRABALHADOR NA ERA DIGITAL E AS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS MEDIADAS PELA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NOS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO CUIDADO INTEGRAL 157
10.56161/sci.ed.20260427C13 157
CAPÍTULO 14 170
ONCOLOGIA E PRÁTICAS MULTIDISCIPLINARES NA PRODUÇÃO DO CUIDADO INTEGRAL E NA QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE 170
10.56161/sci.ed.20260427C14 170
CAPÍTULO 15 183
PAINEL COPROLÓGICO PARA AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS FECAIS 183
10.56161/sci.ed.20260427C15 183
CAPÍTULO 16 192
PREVENÇÃO DO CÂNCER COLORRETAL 192
10.56161/sci.ed.20260427C16 192
CAPÍTULO 17 201
TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS PARA PROMOÇÃO DO AUTOCUIDADO DE CRIANÇAS COM DIABETES TIPO-1: Uma revisão integrativa 201
10.56161/sci.ed.20260427C17 201
CAPÍTULO 18 219
A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NA QUALIDADE DO CUIDADO NO SUS 219
10.56161/sci.ed.20260427C18 219
CAPÍTULO 19 241

CUIDADO LONGITUDINAL AO IDOSO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE 241

10.56161/sci.ed.20260427C19 241

CAPÍTULO 20 258

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA E OS DESAFIOS DA REDE DE ATENÇÃO INTEGRAL 258

10.56161/sci.ed.20260427C20 258

CAPÍTULO 21 271

BIOMÓLECULAS DE MACROALGAS MARINHAS EM ANÁLISES LABORATORIAIS: POTENCIAL ANTIOXIDANTE E ANTIMICROBIANO EM AVALIAÇÃO CLÍNICA 271

10.56161/sci.ed.20260427C21 271

CAPÍTULO 22 281

POTENCIAL ANTIFÚNGICO DE COMPOSTOS FENÓLICOS NATURAIS CONTRA *CANDIDA ALBICANS* 281

10.56161/sci.ed.20260427C22 281

CAPÍTULO 23 294

IMPACTOS DA TIRZEPATIDA NO CONTROLE GLICÊMICO E NA REDUÇÃO DO PESO EM PACIENTES COM SÍNDROME METABÓLICA 294

10.56161/sci.ed.20260427C23 294

CAPÍTULO 24 307

ABORDAGEM FARMACOGNÓSTICA DE *EUGENIA UNIFLORA*: REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE CARACTERIZAÇÃO BOTÂNICA, COMPOSIÇÃO FITOQUÍMICA E APLICAÇÕES TRADICIONAIS 307

10.56161/sci.ed.20260427C24 307

CAPÍTULO 25 321

O PAPEL DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NO CUIDADO AO RECÉM-NASCIDO COM SÍFILIS CONGÊNITA: Uma revisão integrativa 321

10.56161/sci.ed.20260427C25 321

CAPÍTULO 26 341

POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS E O CUIDADO EM SAÚDE DE PESSOAS QUE FAZEM USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS 341

10.56161/sci.ed.20260427C26 341

CAPÍTULO 27 352

PRINCIPAIS ENTRAVES ENFRENTADOS POR CUIDADORES FAMILIARES DE PESSOAS IDOSAS PORTADORAS DA DOENÇA DE ALZHEIMER: Uma revisão integrativa 352

10.56161/sci.ed.20260427C27 352

CAPÍTULO 26

POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS E O CUIDADO EM SAÚDE DE PESSOAS QUE FAZEM USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS Y ATENCIÓN MÉDICA PARA PERSONAS QUE CONSUMEN SUSTANCIAS PSICOACTIVAS

10.56161/sci.ed.20260427C26

João Gabriel Bicudo Ting
Graduando em Medicina pela FMABC
Orcid: https://orcid.org/0009-0002-3334-411X

Benedita Neida da Silva Flexa
Graduanda em Medicina pela Universidade Federal do Amapá

Eliane Valéria Nascimento da Silva
Graduada em Enfermagem pela FAP-faculdade dos Palmares e Pós-graduada em ginecologia e obstetrícia pela Faculdade dos Palmares.

Francilene Lima e Silva
Especialista em Gestão em Saúde Pública pela Faveni

Andres Santiago Quizhpi Lopez
Cirurgião e Traumatologo Buco Maxilofacial e Docente de Cirurgia Estomatognática Básica e Avanzada na Universidad Católica de Cuenca sede Azogues
Orcid: 0000-0002-6089-0389

Luís Fernando Aguiar Araújo
Especialista em Gestão em Saúde pela Universidade Federal do Maranhão
Orcid:https://orcid.org/0000-0002-5801-4267

Mayara Fernandes Silva
Especialista em UTI e Urgência e Emergência pela Faculdade Adelmar Rosado – FAR
Orcid: https://orcid.org/0009-0008-8724-7490

Vera Lúcia Barbosa de Moura
Especialização em gestão em serviço de saúde, controle, avaliação, regulação e auditoria pela Universidade Regional do Cariri-URCA

Valquiria Kopke dos Santos
Doutora em Ciências Aplicadas a Produtos Para Saúde pela Universidade Federal Fluminense

Orcid: https://orcid.org/0009-0004-5271-0247

Luís Vicente Ferreira
Doutor pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP.
Orcid: https://orcid.org/0009-0004-7112-7559

RESUMO
Analisar a Política Nacional sobre Drogas e sua interface com o cuidado em saúde destinado às pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, considerando seus marcos normativos, diretrizes assistenciais e inserção no Sistema Único de Saúde. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, desenvolvida por meio de revisão narrativa da literatura. A busca foi realizada nas bases Biblioteca Virtual em Saúde, *Scientific Electronic Library Online*, PubMed/MEDLINE e Google Scholar, complementada por documentos oficiais do Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas. Foram utilizados descritores indexados no DeCS e MeSH, combinados pelos operadores booleanos AND e OR. A análise dos materiais evidenciou que as políticas sobre drogas no Brasil passaram por transformações significativas, com a gradual substituição de abordagens centradas na criminalização por estratégias orientadas pelos princípios da saúde pública, da Reforma Psiquiátrica e da atenção psicossocial. Destacaram-se a relevância da Rede de Atenção Psicossocial, a atuação do Consultório na Rua e a necessidade de articulação intersetorial para responder às múltiplas vulnerabilidades associadas ao uso de substâncias psicoativas. Conclui-se que a efetividade do cuidado depende da integração entre os diferentes pontos da rede assistencial, do fortalecimento das ações territoriais e da consolidação de práticas alinhadas aos princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Integral à Saúde; Drogas Ilícitas; Política de Saúde; Saúde Mental; Sistema Único de Saúde.

ABSTRACT
This study analyzes the National Drug Policy and its interface with healthcare for people who use psychoactive substances, considering its normative frameworks, care guidelines, and integration into the Brazilian Unified Health System (SUS). It is a qualitative, descriptive, and exploratory study, developed through a narrative literature review. The search was conducted in the Virtual Health Library, Scientific Electronic Library Online, PubMed/MEDLINE, and Google Scholar databases, supplemented by official documents from the Ministry of Health, Ministry of Justice, National Secretariat for Drug Policies, and the Brazilian Observatory of Drug Information. Descriptors indexed in DeCS and MeSH were used, combined with the Boolean operators AND and OR. The analysis of the materials showed that drug policies in Brazil have undergone significant transformations, with the gradual replacement of approaches centered on criminalization by strategies guided by the principles of public health, the Psychiatric Reform, and psychosocial care. The relevance of the Psychosocial Care Network, the work of the Street Clinic, and the need for intersectoral coordination to respond to the multiple vulnerabilities associated with the use of psychoactive substances were highlighted. It is concluded that the effectiveness of care depends on the integration between the different points of the care network, the strengthening of territorial actions, and the consolidation of



practices aligned with the principles of universality, comprehensiveness, and equity of the Brazilian Unified Health System (SUS).

KEYWORDS: Comprehensive Health Care; Illicit Drugs; Health Policy; Mental Health; Unified Health System.

1. INTRODUÇÃO

O uso de substâncias psicoativas constitui um fenômeno presente em diferentes sociedades e períodos históricos, assumindo significados diversos relacionados a práticas culturais, religiosas, terapêuticas e recreativas. Ao longo do tempo, a temática passou a ocupar espaço crescente nos debates públicos em razão de suas repercussões sociais, sanitárias e econômicas, demandando a formulação de estratégias governamentais voltadas à prevenção, assistência e proteção social. Nesse contexto, as políticas relacionadas às drogas passaram a integrar diferentes campos de atuação do Estado, incluindo saúde, justiça, assistência social e segurança pública (Figueiró e Dimenstein, 2019).

No Brasil, a abordagem estatal sobre as drogas foi historicamente marcada por concepções associadas ao controle social e à repressão do consumo de determinadas substâncias. Durante grande parte do século XX, as respostas institucionais estiveram vinculadas a modelos centrados na criminalização e na segregação dos indivíduos considerados desviantes, refletindo perspectivas predominantes naquele período. A incorporação da temática ao campo da saúde pública ocorreu de forma gradual e acompanhou transformações observadas na organização das políticas sanitárias brasileiras (Prudencio e Senna, 2022).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a saúde como direito de todos e dever do Estado, criando as bases para a organização de políticas públicas orientadas pelos princípios da universalidade, integralidade e equidade. A partir desse marco, ampliou-se a compreensão de que diferentes demandas sociais e sanitárias deveriam ser contempladas pelas ações do sistema público de saúde, incluindo aquelas relacionadas ao uso de álcool e outras drogas (Brasil, 1988).

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pelas Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990, consolidou uma nova estrutura de atenção à saúde no país, fundamentada na descentralização, participação social e organização de redes assistenciais. Nesse cenário, as discussões sobre o cuidado destinado às pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas passaram a ser incorporadas de forma progressiva às políticas públicas de saúde, articulando ações de prevenção, tratamento e reabilitação psicossocial (Brasil, 1990).



A publicação da Lei nº 10.216, de 2001, relacionada à Reforma Psiquiátrica Brasileira, integrou novos referenciais à organização da atenção em saúde mental. O texto legal dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e estabelece diretrizes para a assistência em serviços de base comunitária, inserindo o debate sobre álcool e outras drogas no conjunto das ações desenvolvidas pela rede de atenção psicossocial (Prudencio e Senna, 2022; Ribeiro e Minayo, 2020).

Em 2003, o Ministério da Saúde publicou a Política para Atenção Integral aos Usuários de Álcool e Outras Drogas, documento que passou a orientar a organização das ações assistenciais voltadas a essa população. A política foi elaborada em consonância com os princípios do SUS e com as diretrizes da Reforma Psiquiátrica, incorporando estratégias de cuidado desenvolvidas nos territórios e nos serviços comunitários de saúde (Brasil, 2003; Prudencio e Senna, 2022).

A organização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) por meio da Portaria nº 3.088/2011 ampliou a estruturação dos serviços destinados às demandas relacionadas à saúde mental e ao uso de álcool e outras drogas. A rede passou a reunir diferentes dispositivos assistenciais, incluindo Atenção Primária à Saúde (APS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Consultórios na Rua, unidades de acolhimento e serviços de atenção hospitalar, compondo uma proposta integrada de cuidado (Prudencio e Senna, 2022).

As discussões relacionadas às políticas sobre drogas envolvem diferentes concepções acerca do cuidado, da prevenção e da organização dos serviços. Ao longo das últimas décadas, documentos normativos, legislações e programas governamentais passaram a incorporar distintos referenciais para orientar as ações voltadas às pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, refletindo a complexidade do tema no âmbito das políticas públicas brasileiras (Ribeiro e Minayo, 2020).

Além das demandas diretamente relacionadas ao consumo de substâncias ilícitas, o cenário contemporâneo inclui questões associadas ao uso de álcool, tabaco, medicamentos controlados e outras substâncias capazes de produzir alterações psíquicas e comportamentais. Esse contexto amplia o escopo das políticas públicas e reforça a necessidade de monitoramento permanente dos padrões de consumo presentes na população brasileira (Marchetti *et al.,* 2024).

A participação das famílias e das redes comunitárias também integra o debate sobre o cuidado em saúde relacionado ao uso de substâncias psicoativas. Diferentes políticas e programas públicos passaram a considerar a importância dos vínculos sociais e familiares na construção das estratégias assistenciais desenvolvidas nos territórios, especialmente no âmbito da saúde mental e da assistência social (Figueiró e Dimenstein, 2019).



Dados recentes disponibilizados pelo Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas demonstram a ampliação do monitoramento nacional relacionado ao consumo de substâncias psicoativas e a outros comportamentos associados à dependência. Entre as informações divulgadas em 2025 destacam-se a identificação de algum grau de risco ou transtorno relacionado às apostas entre 38,6% dos participantes de jogos de apostas, percentual que alcançou 55,2% entre adolescentes de 14 a 17 anos; o crescimento do uso de dispositivos eletrônicos para fumar, especialmente entre jovens; o aumento do consumo de medicamentos controlados, incluindo opioides, benzodiazepínicos e estimulantes; e a presença de substâncias psicoativas em 50,1% das vítimas de mortes violentas analisadas pelo Projeto Tânatos. Os dados integram levantamentos nacionais voltados à produção de informações para subsidiar a formulação de políticas públicas sobre drogas no país (Brasil, 2025).

Diante desse contexto, justifica-se a realização de estudos voltados à compreensão das políticas públicas relacionadas às drogas e de sua articulação com o cuidado em saúde, considerando a relevância do tema para a organização dos serviços, para a garantia do acesso à assistência e para a efetivação dos princípios que orientam o SUS. (Marchetti *et al.,* 2024; Prudencio e Senna, 2022)

Assim, o problema que orienta esta investigação refere-se à forma como a Política Nacional sobre Drogas se relaciona com a organização do cuidado em saúde destinado às pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas no contexto das políticas públicas brasileiras. Nesse sentido, o objetivo deste estudo consiste em analisar a Política Nacional sobre Drogas e sua interface com o cuidado em saúde das pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, considerando seus marcos normativos, diretrizes assistenciais e inserção no âmbito do SUS.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, desenvolvida por meio de revisão narrativa da literatura. Esse método foi selecionado por possibilitar a análise e a integração de produções científicas, documentos normativos, permitindo uma compreensão ampliada dos aspectos históricos, conceituais e assistenciais que envolvem a temática.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), PubMed/MEDLINE e Google Scholar, complementada pela consulta a documentos oficiais publicados por órgãos governamentais,

especialmente o Ministério da Saúde, o Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID).

Para a estratégia de busca foram utilizados os descritores indexados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e seus correspondentes no *Medical Subject Headings* (MeSH): Drogas Ilícitas; Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias; Saúde Mental; Assistência Integral à Saúde; Política de Saúde e Sistema Único de Saúde. Os termos foram combinados por meio dos operadores booleanos *AND* e *OR,* de acordo com as especificidades de cada base de dados.

Foram incluídos artigos científicos, documentos institucionais, legislações, portarias ministeriais, dissertações e publicações técnicas disponíveis na íntegra, em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, que abordassem o tema, atendessem ao objetivo do estudo e ao problema de pesquisa. Foram excluídos materiais duplicados, publicações sem relação direta com a temática e documentos sem acesso ao texto completo.

Na segunda etapa, procedeu-se à leitura exploratória, seletiva e analítica das publicações identificadas. Os materiais foram avaliados quanto à pertinência temática, relevância científica e contribuição para a compreensão dos marcos normativos, das diretrizes assistenciais e da organização do cuidado em saúde relacionado ao uso de substâncias psicoativas no contexto brasileiro.

Posteriormente, realizou-se a análise interpretativa dos conteúdos selecionados, buscando identificar aspectos relacionados à evolução das políticas públicas sobre drogas, aos princípios orientadores do SUS, às diretrizes da Reforma Psiquiátrica e às estratégias de atenção desenvolvidas pela RAPS. A síntese das informações foi apresentada de forma descritiva e analítica, articulando os diferentes referenciais teóricos e normativos encontrados na literatura.

Por se tratar de uma pesquisa baseada exclusivamente em fontes secundárias de domínio público, sem envolvimento direto de seres humanos ou acesso a informações identificáveis, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme estabelecido pela Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das produções selecionadas permitiu compreender que a Política Nacional sobre Drogas foi construída a partir de transformações históricas que modificaram a forma de interpretar o uso de substâncias psicoativas e de organizar as respostas institucionais destinadas a essa população. Os estudos incluídos mostraram que o cuidado em saúde direcionado às

pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas passou por mudanças progressivas, deixando de ser compreendido exclusivamente sob perspectivas repressivas para incorporar princípios relacionados à saúde pública, à saúde mental, aos direitos humanos e à atenção psicossocial.

Nesse processo, a trajetória normativa analisada por Vargas e Campos (2018) demonstrou que as primeiras legislações brasileiras relacionadas ao uso de drogas estavam fortemente vinculadas à criminalização e ao controle dos indivíduos considerados desviantes. Durante grande parte do século XX, predominou uma abordagem centrada na repressão, na punição e na institucionalização dos sujeitos que faziam uso de substâncias psicoativas. Com o avanço das discussões sobre saúde mental e direitos sociais, ocorreu uma gradual incorporação da temática ao campo sanitário, favorecendo o desenvolvimento de estratégias assistenciais voltadas ao tratamento e à reabilitação psicossocial.

A mudança observada no campo normativo esteve associada a transformações mais amplas na compreensão das vulnerabilidades sociais relacionadas ao consumo de substâncias. Ao analisarem a construção histórica das políticas destinadas às pessoas em situação de rua, Borysow, Mota e Furtado (2020) verificaram que o uso de drogas foi frequentemente tratado como expressão de inadequação social e marginalidade. Essa associação contribuiu para a implementação de práticas voltadas mais ao controle dos indivíduos do que à oferta de cuidados. Com a ampliação das políticas sociais e de saúde, iniciou-se o reconhecimento dessas populações como sujeitos de direitos, favorecendo a construção de respostas orientadas pelo cuidado e pela inclusão social.

A incorporação dessas demandas ao campo da saúde favoreceu o desenvolvimento de novas formas de atenção, alinhadas aos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira. Nesse contexto, a assistência às pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas passou a exigir intervenções capazes de contemplar não apenas os aspectos clínicos do consumo, mas também os fatores sociais, econômicos e culturais envolvidos nesse processo. Essa ampliação conceitual aproximou a temática das diretrizes da saúde coletiva e fortaleceu a necessidade de organizar serviços territoriais articulados à realidade vivenciada pelos usuários.

Essa perspectiva encontra respaldo na análise desenvolvida por Mathias *et al.* (2025), que defenderam a adoção de abordagens fundamentadas na saúde pública para enfrentar os danos associados ao uso de substâncias psicoativas. Os autores argumentaram que estratégias exclusivamente punitivas apresentam resultados limitados e não respondem adequadamente à complexidade do fenômeno. Em contraposição, propuseram intervenções baseadas em justiça social, equidade, prevenção, educação, monitoramento e ampliação do acesso aos serviços,



compreendendo o consumo de substâncias como questão que envolve múltiplos determinantes sociais e sanitários.

A valorização dessas abordagens também está relacionada às mudanças observadas na própria compreensão dos transtornos associados ao uso de substâncias. Volkow e Blanco (2023) descreveram esses transtornos como condições crônicas influenciadas por fatores biológicos, psicológicos e sociais que interagem continuamente ao longo da vida. Essa interpretação contribui para superar explicações centradas na responsabilização individual e reforça a necessidade de intervenções contínuas, integradas e sustentadas por evidências científicas. Além disso, os autores ressaltaram que a prevenção e o tratamento devem considerar as diferentes condições de vulnerabilidade que influenciam o desenvolvimento e a manutenção desses transtornos.

A compreensão do consumo de substâncias como fenômeno multifatorial também se reflete nas características dos indivíduos que buscam tratamento. Ao investigarem usuários residentes em comunidades terapêuticas, Lemes *et al*. (2020) identificaram predominância de adultos jovens, desempregados, com baixa escolaridade e histórico de uso precoce de álcool, tabaco e maconha. Os autores observaram ainda a presença frequente de conflitos familiares, dificuldades relacionadas ao trabalho e problemas de saúde mental, demonstrando que o uso problemático de drogas se desenvolve em contextos marcados por múltiplas vulnerabilidades sociais.

Essas vulnerabilidades reforçam a importância da organização de uma rede de atenção capaz de ultrapassar intervenções centradas exclusivamente na abstinência ou na medicalização. A complexidade das demandas apresentadas pelos usuários exige estratégias que integrem acolhimento, acompanhamento psicossocial, fortalecimento de vínculos sociais e articulação com diferentes políticas públicas. Nesse sentido, o cuidado passa a ser compreendido como processo contínuo, construído a partir das necessidades individuais e coletivas presentes nos territórios (Mathias *et al.*, 2025),

A ampliação das estratégias territoriais de cuidado favoreceu a criação de dispositivos voltados ao atendimento de populações historicamente excluídas dos serviços convencionais de saúde. Entre essas iniciativas destaca-se o Consultório na Rua, cuja atuação se tornou fundamental para aproximar os serviços de saúde de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Conforme discutido por Borysow, Mota e Furtado (2020), a inserção das pessoas em situação de rua nas políticas públicas ocorreu gradualmente, acompanhando o reconhecimento de suas necessidades específicas e a compreensão de que o cuidado deveria ocorrer para além dos espaços institucionais tradicionais.

A atuação do Consultório na Rua fortalece princípios importantes da Política Nacional sobre Drogas ao desenvolver ações de acolhimento, escuta qualificada, redução de danos e articulação com a RAPS. Ao promover o acesso de indivíduos que frequentemente enfrentam barreiras para utilizar os serviços convencionais, esse dispositivo amplia as possibilidades de acompanhamento e contribui para a efetivação dos princípios de universalidade, equidade e integralidade previstos no SUS (Vargas e Campos 2018).

A necessidade de fortalecer estratégias comunitárias também se relaciona às limitações identificadas nos serviços de atenção básica. Sarmento e Santos (2019) observaram que grande parte dos usuários em uso contínuo de psicotrópicos recebia acompanhamento restrito à prescrição medicamentosa, sem acesso regular a outras modalidades terapêuticas. Os autores destacaram que a ausência de intervenções complementares pode favorecer processos de medicalização e dificultar a construção de práticas voltadas à promoção da autonomia e ao cuidado integral em saúde mental.

Nesse cenário nota-se que a ampliação do acesso aos medicamentos, embora necessária, não é suficiente para responder às necessidades apresentadas pelas pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas. A efetividade das ações depende da articulação entre diferentes dispositivos assistenciais, da construção de projetos terapêuticos individualizados e da incorporação de estratégias educativas capazes de fortalecer a participação ativa dos usuários em seu processo de cuidado (Lemes *et al.,* 2020).

A importância dessa articulação também foi destacada por Parmar, Narasimha e Nath (2024) ao analisarem políticas e programas voltados ao enfrentamento dos transtornos relacionados ao uso de substâncias. Os autores verificaram que iniciativas bem-sucedidas são caracterizadas pela integração entre ações de prevenção, tratamento, assistência social e regulação normativa. Embora desenvolvida em contexto internacional, essa experiência reforça a necessidade de coordenação entre diferentes setores para garantir continuidade do cuidado e ampliação do acesso aos serviços especializados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permitiu compreender que a organização do cuidado em saúde destinado às pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas permanece atravessada por tensões entre diferentes concepções de política pública, evidenciando desafios relacionados à consolidação de práticas alinhadas aos princípios da integralidade, da equidade e da garantia de direitos no âmbito do Sistema Único de Saúde.



O estudo demonstrou que a efetividade das ações voltadas a essa população depende menos da ampliação isolada de serviços e mais da capacidade de articulação entre os diversos pontos de atenção, da valorização das especificidades territoriais e do reconhecimento das múltiplas vulnerabilidades que influenciam os processos de cuidado. Nesse sentido, a hipótese que orientou a investigação foi confirmada ao evidenciar que abordagens fundamentadas na atenção psicossocial e na atuação intersetorial apresentam maior potencial para responder à complexidade das demandas relacionadas ao uso de substâncias psicoativas.

Como contribuição, esta pesquisa amplia a reflexão sobre os avanços e os desafios presentes na implementação da Política Nacional sobre Drogas, destacando a necessidade de fortalecer estratégias que favoreçam o acesso, a continuidade do cuidado e a participação ativa dos usuários na construção de seus projetos terapêuticos.

Entre as limitações, destacam-se a utilização exclusiva de fontes secundárias e a natureza narrativa da revisão, que não contempla procedimentos sistemáticos de avaliação da qualidade metodológica das publicações incluídas. Recomenda-se que futuras investigações explorem experiências concretas de implementação das políticas públicas nos territórios, bem como avaliem os impactos das mudanças normativas recentes sobre a organização das redes de cuidado e sobre o acesso aos serviços de saúde.

REFERÊNCIAS

BORYSOW, Igor da Costa; MOTA, André; FURTADO, Juarez Pereira. O Estado brasileiro e os cuidados em saúde das pessoas em situação de rua: um estudo sócio-histórico. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 28, p. 1-38, e020010, 2020. DOI: 10.20396/resgate.v28i0.8656596. Disponível em:

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas reúne dados para subsidiar ações do Governo Federal**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 26 mar. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/observatorio-brasileiro-de-informacoes-sobre-drogas-reune-dados-para-subsidiar-acoes-do-governo-federal

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Coordenação Nacional de DST e Aids. A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2003. 60 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 abr. 2001.

FIGUEIRÓ, Martha da Silva; DIMENSTEIN, Magda. Uso de drogas, famílias e práticas de cuidado: interpelações às políticas públicas. **Athenea Digital, Barcelona**, v. 19, n. 1, e2335, 2019. DOI: 10.5565/rev/athenea.2335. Disponível em: https://atheneadigital.net/article/download/v19-1-figueiro/2335-pdf-pt/10316

LEMES, Alisséia Guimarães *et al*. Caracterización de usuarios de medicamentos psicoactivos residentes en comunidades terapéuticas en Brasil. **Enfermería Global**, Murcia, v. 19, n. 58, p. 421-435, 2020. DOI: 10.6018/eglobal.389381. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/003029185

MARCHETTI, Silvana Proença *et al.* Dificuldades no cuidado em saúde para as pessoas que fazem uso problemático de drogas: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, e17712022, 2024. DOI: 10.1590/1413-81232024293.17712022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/WfnPFRCNKSqbQHhgRX5LFqM/

MATHIAS, Holly *et al.* Defining a public health approach to substance use: insights from a systematic scoping review and conceptual framework development approach. **BMC Public Health**, Londres, v. 25, n. 1, p. 4365, 2025. DOI: 10.1186/s12889-025-25402-4. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/41469960/

PARMAR, Arpit; NARASIMHA, Venkata Lakshmi; NATH, Santanu. National drug laws, policies, and programs in India: a narrative review. **Indian Journal of Psychological Medicine**, v. 46, n. 1, p. 5-13, 2024. DOI: 10.1177/02537176231170534. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10958082/

PRUDENCIO, Juliana Desiderio Lobo; SENNA, Mônica de Castro Maia. Política de atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas: retrocessos nas concepções, desenho e financiamento. **Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 49, 2022. DOI: 10.12957/rep.2022.63449. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/63449

RIBEIRO, Fernanda Mendes Lages; MINAYO, Maria Cecília de Souza. As mudanças na política brasileira de drogas: o avanço da lógica da justiça sobre a saúde. **Cultura y Droga**, Manizales, v. 25, n. 29, p. 17-39, 2020. DOI: 10.17151/culdr.2020.25.29.2. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/fe77/e223b05df6627bbe917161102b3111ad4c95.pdf

SARMENTO, Gilvania Alves; SANTOS, Sofia Dionizio. Perspectiva do usuário sobre o acompanhamento e o uso de psicotrópicos na atenção básica**. Essentia: Revista de Cultura**, Ciência e Tecnologia, Sobral, v. 20, n. 2, p. 52-60, 2019. ISSN 1516-6406. Disponível em: https://essentia.uvanet.br/index.php/ESSENTIA/article/view/281

VARGAS, Annabelle de Fátima Modesto; CAMPOS, Mauro Macedo. A trajetória das políticas de saúde mental e de álcool e outras drogas no século XX**. Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 1041-1050, 2019. DOI: 10.1590/1413-81232018243.34492016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/N7fjsQbtcMYvnBmPXLznnMN/?format=html&lang=pt

VOLKOW, Nora D.; BLANCO, Carlos. Substance use disorders: a comprehensive update of classification, epidemiology, neurobiology, clinical aspects, treatment and prevention. **World Psychiatry**, v. 22, n. 2, p. 203-229, 2023. DOI: 10.1002/wps.21073. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37159360/